
Parnaíba I Geração de Energia S.A.

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Parnaíba I Geração de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Parnaíba I Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 20 de abril de 2018

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'PricewaterhouseCoopers'.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Guilherme Naves Valle'.

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5

Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
			(Reclassificado nota 3(a))				(Reclassificado nota 3(a))
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	63.252	63.794	Fornecedores	14	45.953	20.208
Títulos e Valores mobiliários (TVM)	7	33.152	25.615	Empréstimos e financiamentos	16	63.130	63.438
Clientes	8	194.585	125.783	Impostos e contribuições a recolher		8.984	4.604
Estoque	9	12.952	12.073	Obrigações trabalhistas		8.979	6.997
Impostos a recuperar	11	10.087	4.291	Dividendos e JSCP a pagar	19	31.112	11.147
Despesas antecipadas	10	8.461	6.049	Energia Elétrica Ressarcimento - ADOMP	18	7.543	6.966
Derivativos	17	104	-	Partes relacionadas	15	106.703	128.517
Outros Créditos		834	906	Pesquisa & desenvolvimento		21.122	15.727
				Outras contas a pagar		11	15
		323.427	238.511			293.537	257.619
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Exigível a longo prazo			
Impostos a Recuperar	11	331	331	Empréstimos e financiamentos	16	426.806	472.046
Despesas antecipadas	10	133	133	Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	23.631	21.074
Partes relacionadas	15	1.366	1.198	Partes relacionadas	15	-	696
		1.830	1.662	Energia Elétrica Ressarcimento - ADOMP	18	103	303
				Contingências	20	1.358	1.196
				Outras contas a pagar		-	1
						451.898	495.316
Imobilizado	12	928.222	963.429	Patrimônio líquido	19		
Intangível	13	130.043	142.634	Capital social		456.690	456.690
				Reserva de lucros		181.397	136.611
		1.060.095	1.107.725			638.087	593.301
						1.383.522	1.346.236
		1.383.522	1.346.236				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2017	2016
Receita Líquida Operacional	21	879.382	927.087
Custo dos bens e/ou serviços	22	(661.225)	(759.647)
Resultado bruto		218.157	167.440
Receitas / (despesas) operacionais:			
Gerais e Administrativas	22	(12.894)	(14.700)
Outras resultados operacionais líquidos	22	(2.102)	9.002
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e imposto Receitas (despesas) financeiras líquidas		203.161	161.742
Resultado financeiro		(60.699)	(87.652)
Receitas financeiras	23	11.303	15.198
Despesas financeiras	23	(72.002)	(102.850)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		142.462	74.090
Imposto de renda e contribuição social correntes	11	(8.527)	(3.872)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	(2.556)	(12.280)
Lucro do exercício		131.379	57.938
Lucro básico e diluído por ação		0,2206	0,0973

Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Demonstração de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro do exercício	131.379	57.938
Outros resultados abrangentes		
Resultado abrangente total	<u>131.379</u>	<u>57.938</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

	Capital Social integralizado	Reservas				Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
		Reserva de lucros	Reserva estatutária	Reserva de incentivo fiscal	Reserva Legal		
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	456.690	56.977	58	27.348	5.437	-	546.510
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	57.938	57.938
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	2.897	(2.897)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	-	-	10.451	-	(10.451)	-
Reserva de lucros	-	33.443	-	-	-	(33.443)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(11.147)	(11.147)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	456.690	90.420	58	37.799	8.334	-	593.301
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	131.379	131.379
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	6.569	(6.569)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	-	-	21.774	-	(21.774)	-
Reserva de lucros	-	66.434	-	-	-	(66.434)	-
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(36.602)	(36.602)
Dividendos adicionais	-	(49.991)	-	-	-	-	(49.991)
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	456.690	106.861	58	59.573	14.903	-	638.087

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

<i>R\$ mil</i>	2017	2016
		(Reclassificado nota 3(a))
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	142.462	74.090
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao fluxo de caixa das atividades operacionais:	122.451	151.511
Depreciação e Amortização	53.024	53.881
Baixa de imobilizado	591	-
Juros incorridos	58.698	66.651
Amortização dos custos de captação	2.530	2.068
Provisão para contingências	162	-
Derivativos	(104)	-
Comissão de fianças	7.550	28.911
Variações nos ativos e passivos	(103.361)	(12.729)
Despesas Antecipadas	(2.412)	4.252
Contas a Receber	(68.802)	21.024
Impostos a recuperar	(5.796)	(1.747)
Estoques	(879)	(808)
Impostos, Taxas e Contribuições	(28.854)	1.306
Fornecedores	18.195	(40.256)
Provisões e encargos trabalhistas	1.982	1.343
Partes relacionadas (Ativo e passivo)	(22.678)	5.092
Contas a pagar - ADOMP	377	(5.052)
Outros Ativos e Passivos	5.506	2.117
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	161.552	212.872
Fluxo de caixa de atividades de investimentos		
Aquisição de Imobilizado e Intangível	(5.817)	(25.331)
Títulos e valores mobiliários	(7.537)	(25.615)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(13.354)	(50.946)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos e Juros sobre capital próprio	(38.844)	(18.992)
Empréstimos e financiamentos pagos	(58.606)	(57.508)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(49.730)	(45.341)
Depósitos vinculados	(1.560)	(7.807)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	(148.740)	(129.648)
Redução (Aumento) de caixa e equivalentes de caixa	(542)	32.278
Demonstração do aumento de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	63.794	31.516
No final do exercício	63.252	63.794
Redução (Aumento) de caixa e equivalentes de caixa	(542)	32.278

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 **Em milhares de reais**

1 Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade Renascença II, Estado do Maranhão, e foi constituída em 23 de dezembro de 2009.

De acordo com a Portaria ANEEL nº 464, de 3 de dezembro de 2009, a Companhia possui autorização para comercialização de energia elétrica com prazo de 35 anos contados a partir da entrada em operação comercial, remunerados através dos contratos de CCEAR's até 31 de dezembro de 2027, garantidos pelo Leilão A-5 de 2008.

(a) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 20 de abril de 2018.

2 Licenças e autorizações

Ao longo de 2017, a Parnaíba I Geração de Energia S.A. acompanhou permanentemente o atendimento das condicionantes das licenças ambientais necessárias ao desenvolvimento de suas atividades, com foco na sustentabilidade do negócio e no uso racional dos recursos naturais. A Licença de Operação nº 559/2012 encontra-se em renovação no IBAMA desde 16 de agosto de 2016. O requerimento de renovação foi feito com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias antes da expiração de seu prazo de validade fixado na licença, ficando desta maneira automaticamente prorrogada até a manifestação definitiva do órgão ambiental. A LO nº 559/2012 contempla as atividades de produção de energia com a utilização de gás natural (Ciclo Simples) referente aos projetos UTE Maranhão IV e UTE Maranhão V. Cabe esclarecer que o IBAMA é o atual órgão competente pelo licenciamento da usina ("UTE Parnaíba I") em cumprimento às novas regras estabelecidas no Decreto Federal 8.437/2015. De acordo com o referido Decreto, cabe ao IBAMA o licenciamento e a respectiva renovação de licença de sistemas de geração e transmissão de energia elétrica nos casos de usinas termelétricas com capacidade instalada igual ou superior a 300MW.

3 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, sendo que alguns ativos financeiros são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo, bem como considerando o pressuposto de continuidade operacional da Companhia.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 5.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As

Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

(a) Reclassificação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016

Em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras, balanço patrimonial e demonstração do fluxo de caixa, de 31 de dezembro de 2016 estão sendo reclassificadas, para o seu aprimoramento, decorrentes dos seguintes assuntos:

- i. Reclassificação dos saldos de aplicações em títulos públicos (LFTs) da rubrica “caixa e equivalentes de caixa” para “títulos e valores mobiliários” nos montantes de R\$ 25.615;
- ii. Reclassificação dos depósitos vinculados do Ativo para o grupo de Empréstimos e Financiamentos em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$ 36.996;
- iii. A demonstração do fluxo de caixa está sendo reclassificada, pois a Administração da Companhia avaliou que a melhor aplicabilidade dos juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures é nos fluxos de caixa de financiamentos, pois o custo desses passivos financeiros está intrinsecamente ligado a obtenção de recursos para a manutenção e aquisições de máquinas e equipamentos para a produção de energia. Por esse motivo, os juros pagos foram reclassificados dos fluxos de caixa das atividades operacionais para os fluxos de caixa das atividades de financiamentos, de acordo com no item 33 do CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa;

A reconciliação entre os valores originalmente apresentados e os valores e apresentados nas demonstrações financeiras pode ser sumarizada da seguinte forma:

Ativo	Originalmente apresentado	Ajustes	Reclassificado
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	89.409	(25.615) (i)	63.794
Títulos e Valores mobiliários (TVM)	-	25.615 (i)	25.615
Ativo circulante	238.511	-	238.511
Depósitos vinculados	36.996	(36.996) (ii)	-
Ativo não circulante	38.658	(36.996)	1.662
Imobilizado	963.429	-	963.429
Intangível	142.634	-	142.634
Total Ativo	1.383.232	(36.996)	1.346.236
Passivo	Originalmente apresentado	Ajuste	Reclassificado
Passivo circulante	257.619	-	257.619
Empréstimos e financiamentos	509.042	(36.996) (ii)	472.046
Passivo não circulante	532.312	(36.996)	495.316
Patrimônio líquido	593.301	-	593.301
Total Passivo	1.383.232	(36.996)	1.346.236

Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

	Demonstrações dos Fluxos de Caixa		
	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reclassificado
(Prejuízo)/ Lucro antes dos Impostos, incluindo operações	74.090	-	74.090
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	159.724	53.148 (iii)	212.872
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	(25.331)	(25.615) (i)	(50.946)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(76.500)	(53.148) (iii)	(129.648)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	57.893	(25.615)	32.278
No início do exercício	31.516	-	31.516
No final do exercício	89.409	(25.615) (i)	63.794

4 Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas pela Companhia de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

4.2 Ativos financeiros

4.2.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 **Em milhares de reais**

4.2.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receita ou despesa financeira" no período em que ocorrem.

4.2.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou impairment).

Para constituição da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD a Administração da companhia adota como melhor estimativa os valores em atraso a partir de 180 dias.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui o saldo de provisão para PCLD de seus clientes no montante de R\$ 9.046 (R\$ 9.046 em 31 de dezembro de 2016).

4.4 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para

Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 **Em milhares de reais**

efetuar a venda.

4.5 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada, quando aplicável.

A amortização é reconhecida no resultado através do método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

4.6 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Nestes casos a taxa utilizada é a menor entre àquelas definidas pela Aneel e o prazo de autorização da usina.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, limitado ao prazo de autorização. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem (de acordo com as taxas da ANEEL) e o prazo do contrato, a não ser

Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 **Em milhares de reais**

que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

4.7 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - o mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e
 - o condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros

Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

4.8 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). Os ativos que estão sujeitos à amortização e depreciação são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço.

As estimativas de recuperação dos ativos não financeiros foram fundamentadas nas projeções dos fluxos de caixa levando em consideração premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

4.9 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 **Em milhares de reais**

4.10 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

4.11 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

4.12 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das Demonstrações Financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras e também dos prejuízos fiscais apurados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

4.13 Subvenções governamentais

A Companhia está situada em um região na área de atuação da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e obteve o incentivo fiscal que estabelece uma redução de 75% do imposto de renda do lucro decorrente da receita incentivada, até 2023. O resultado obtido com este benefício fiscal é a redução da despesa de imposto de renda e, na distribuição dos resultados do período, o montante reduzido da despesa é destinado à conta de reserva de incentivos fiscais, conforme disposição legal.

4.14 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 **Em milhares de reais**

4.15 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de energia

A receita pela venda de energia elétrica é reconhecida por medição equivalente ao volume de energia transferido para o cliente ou quando disponibilizada conforme previsões contratuais, e através de estimativas para mensurar a energia entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

4.16 Miudanças nas práticas contábeis e divulgações

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (CPC 48 Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9/CPC 48 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A referida norma altera significativamente os critérios contábeis relacionados a classificação e mensuração de ativos financeiros, bem como o modelo de mensuração do *impairment* de ativos financeiros e modifica os requerimentos de divulgação, com a inclusão de novas informações a serem apresentadas nas Demonstrações Financeiras.

A Companhia revisou seus ativos e passivos financeiros e espera os seguintes impactos da adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2018:

Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

- No que se refere ao novo modelo de Impairment para ativos financeiros, a Administração não espera variações recorrentes de PECLD para a rubrica de clientes;
- Com relação aos ativos financeiros (operações compromissadas, LFT, Fundo de investimento, mútuos e operações comerciais com partes relacionadas), não são esperados impactos na classificação e mensuração. Após avaliação do modelo de negócio, foi identificado que os seus ativos financeiros estão mensurados a valor justo por meio do resultado.

As novas regras serão aplicadas retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2018, com os expedientes práticos permitidos de acordo com a norma.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

Em novembro de 2016, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprovou o Pronunciamento Técnico 47 – Receita de contrato com clientes, que tem correlação com a IFRS 15. O princípio fundamental da referida norma é o reconhecimento da receita quando da transferência de controle dos bens e serviços aos clientes, em lugar do princípio da transferência de riscos e benefícios, considerando qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando a receita deve ser reconhecida. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

De acordo com a norma, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares, são classificados pela norma como contraprestação variável. Desse modo, as penalidades que representam ressarcimento aos clientes, como o ADOMP, deverão ser contabilizadas como redutoras da receita de fornecimento de energia e não mais como despesa operacional.

A Companhia identificou a necessidade de reclassificação de determinadas penalidades por performance que, atualmente, são classificadas na demonstração do resultado como despesas operacionais e passarão a ser classificadas como itens redutores das receitas no exercício de 2017, com efeito estimado nos montantes de R\$ 1.092, quando apresentado de forma comparativa com as demonstrações financeiras para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2018.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

Em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), em correlação à norma IFRS 16, que introduziu novas regras para as operações de arrendamento mercantil. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais. Adicionalmente, foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor.

Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 **Em milhares de reais**

Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e substituirá CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17) e correspondentes interpretações.

A Companhia iniciou a análise qualitativa de seus principais contratos e continuará a avaliar os potenciais efeitos da IFRS 16 durante o ano de 2018, que dependerá da decisão sobre o método de transição e da utilização de expedientes práticos e/ou isenções. Desta forma, ainda não é possível estimar o montante dos direitos de uso e passivos de arrendamento que serão reconhecidos na adoção deste novo pronunciamento e, como essa adoção, poderá afetar o resultado da Companhia.

5 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Perda (impairment) dos ativos não circulantes

A Companhia testa eventuais perdas (impairment) nos ativos imobilizado, intangível e imposto de renda e contribuição social diferidos, de acordo com as políticas contábeis descritas na Nota 4.7. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados utilizando premissas e estimativas formadas com base, principalmente, em estudos acerca do mercado regulado de comercialização de energia elétrica. Essas premissas e estimativas foram discutidas com os gestores operacionais e foram revisadas e aprovadas pela Administração.

(a) Custo por indisponibilidade (ADOMP)

De acordo com as políticas contábeis descritas na Nota 4.11, a Companhia testa eventuais perdas por indisponibilidade de sua unidade termelétrica que podem afetar os resultados da Companhia, considerando com base os contratos de CCEAR's que preveem a utilização de média móvel de 60 meses de geração efetiva. Os valores contabilizados foram determinados com base em estimativas de cálculo levando em consideração a média móvel de 60 meses, sendo reconhecido contabilmente pelo valor justo. Essas estimativas foram discutidas com os gestores operacionais e foram revisadas e aprovadas pela Administração.

Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

(b) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.

De acordo com as políticas contábeis descritas na Nota 4.12, a Companhia testa as estimativas de recuperação dos créditos tributários através das projeções dos lucros tributáveis levando em consideração premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Essas estimativas foram discutidas com os gestores operacionais e foram revisadas e aprovadas pela Administração.

Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e bancos	6.566	14.790
Fundo de Investimento FICFI RF CP ENEVA (a)	<u>56.686</u>	<u>49.004</u>
	<u>63.252</u>	<u>63.794</u>

- a) Refere-se a cotas de fundos de investimento com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, independentemente do vencimento dos ativos e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Trata-se do Fundo de investimentos em Cotas de FI Multimercado Crédito Privado Eneva administrado pelo Banco Itaú, principalmente composto por Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e operações compromissadas emitidas por instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média no ano sobre o DI CETIP ("CDI") de 100,7% (taxa nominal na curva). As operações compromissadas, lastreadas por debêntures ou títulos públicos, registradas na CETIP, quando aplicável, possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras. A carteira é composta por 25% de operações compromissadas, 32% de CDBs e 43% de LFTs (apresentadas na nota explicativa nº7), em 31 de dezembro de 2017.

7 Títulos e valores mobiliários

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Letras Financeiras do Tesouro ("LFT's") (a)	<u>33.152</u>	<u>25.615</u>
	<u>33.152</u>	<u>25.615</u>

- (a) LFTs são títulos pós-fixado cuja remuneração é dada pela variação da taxa SELIC diária registrada entre a data de liquidação da compra e a data de vencimento. Em 31 de dezembro de 2017, a carteira de LFTs da companhia contém títulos cujos vencimentos ocorrem entre 2019 e 2022, no entanto dada sua alta liquidez no mercado secundário, podem ser prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

8 Clientes

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Clientes	203.631	134.829
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	(9.046)	(9.046)
	<u>194.585</u>	<u>125.783</u>

Abaixo vencimentos do contas a receber:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Valores à Vencer	162.593	125.783
Vencidos até 180 dias	31.992	-
Vencidos entre 181 e 360 dias	-	1.101
Vencidos acima de 360 dias	9.046	7.945
	<u>203.631</u>	<u>134.829</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia possui saldos de R\$ 162.047 e R\$ 132.341, respectivamente, referentes à venda de energia no Mercado Regulado. Adicionalmente a companhia possui saldos de, respectivamente, R\$ 41.584 e R\$ 2.488, referentes à liquidação do mercado de curto prazo. Considerando a natureza do negócio e o perfil desses clientes, em conformidade com as práticas contábeis destacadas nas notas 4.3 e 4.11, a companhia constituiu Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD para os valores em atraso a partir de 180 dias, assim compostos:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Clientes CCEAR's	1.691	1.691
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	5.977	5.977
	<u>9.046</u>	<u>9.046</u>

As movimentações na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa são os seguintes:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo inicial	9.046	6.573
Constituição de PCLD no exercício	-	2.473
	<u>9.046</u>	<u>9.046</u>

Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

9 Estoques

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Materiais de consumo (a)	<u>12.952</u>	<u>12.073</u>

(a) Refere-se ao material de almoxarifado, bem como peças de reposição, produtos químicos e lubrificantes.

10 Despesas antecipadas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo de despesas antecipadas encontra-se representado da seguinte forma:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Alliaz Seguros	-	12
Ace Seguros	-	2.130
Chubb Seguros	1.316	-
Tokio Marine	57	14
Projetos de P&D (a)	<u>7.221</u>	<u>4.026</u>
	<u>8.594</u>	<u>6.182</u>
Circulante	8.461	6.049
Não circulante	133	133

a) Refere-se ao programa de pesquisa e desenvolvimento voltado ao sistema de apoio a decisão comercial e logística do suprimento de carvão para centrais térmicas.

Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

11 Impostos a recuperar e diferidos

O saldo da conta de impostos a recuperar está representado a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Imposto de renda retido na fonte	622	1.980
Imposto de Renda (a)	6.120	646
Contribuição Social (a)	2.674	-
Impostos de Renda e Contribuição Social – ano anterior	243	136
PIS	60	60
COFINS	276	275
Outros	423	1.525
	<u>10.418</u>	<u>4.622</u>
Circulante	10.087	4.291
Não circulante	331	331

- (a) É representado pelos créditos oriundos das antecipações de Imposto de Renda e Contribuição Social calculados por estimativa. Com as oscilações no custo de energia, devido a compras realizadas durante o exercício para cumprimento dos contratos, o saldo de antecipações realizadas mensais foi superior a apuração do imposto a pagar, que serão compensados nas próximas apurações.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudos técnicos aprovados pela Administração, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, sendo que caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativo diferido - não circulante		
Diferenças Temporárias	35.028	34.081
Passivo diferido (*)	(58.659)	(55.155)
	<u>(23.631)</u>	<u>(21.074)</u>

Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

Abaixo a composição do imposto diferido por natureza:

Ativo	2017	2016
Provisões	6.964	4.906
Gastos Pré-Operacionais - RTT (a)	28.064	29.175
Diferenças Temporárias	35.028	34.081
Passivo	2017	2016
Depreciação Acelerada	(26.572)	(23.068)
Despesas com a instalação de seu ativo na fase pré-operacional	(32.087)	(32.087)
	(58.659)	(55.155)

- (a) Constituídos sobre saldo de gastos pré-operacionais que, por conta do Regime Tributário de Transição, passaram a ser controlados na Parte B do Lalur e consequentemente, compõem o saldo de prejuízos fiscais.

Reconciliação da taxa efetiva

O pronunciamento técnico CPC 07 trata de subvenções e assistências governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. O efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDENE no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 totaliza R\$ 21.774, calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando o incentivo de redução de 75% no imposto de renda apurado pelo lucro real. Este benefício tem validade até 31 de dezembro de 2023.

Em 31 de dezembro de 2017, os tributos calculados sobre o lucro líquido ajustado compreenderam o IRPJ (alíquota de 15% e adicional de 10%) e a CSLL (alíquota de 9%). A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício antes do IRPJ/CSLL	142.462	74.090
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ/CSLL à alíquota nominal	<u>(48.437)</u>	<u>(25.191)</u>
Diferenças Permanentes (*)	15.312	(1.667)
Redução Benefício SUDENE – 75% IRPJ e PAT	22.042	10.706
Imposto de renda e contribuição social corrente	(8.527)	(3.872)
Impostos de renda e contribuição social diferidos	<u>(2.556)</u>	<u>(12.280)</u>
Total imposto	(11.083)	(16.152)
Taxa efetiva	7,78%	21,80%

(*) Composto basicamente pelo JSCP distribuído durante o exercício.

Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

12 Imobilizado

(a) Composição dos saldos

	2017							
Imobilizado	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Equipamento de informática	Veículos	Móveis e utensílios	Imobilizado em curso	Total
Taxa depreciação % a.a.		4	7	17	20	10		
Custo								
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.312	551.894	523.952	907	1.207	2.521	28.533	1.112.326
Adições	-	-	62	2	-	334	5.428	5.826
Baixas	-	-	(725)	-	(187)	-	-	(912)
Transferências	-	272	22.589	54	205	-	(23.120)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.312	552.166	545.878	963	1.225	2.855	10.841	1.117.240
Depreciação								
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	(54.208)	(93.019)	(320)	(703)	(647)	-	(148.897)
Adições	-	(18.593)	(21.113)	(305)	(122)	(309)	-	(40.442)
Baixas	-	-	147	-	-	174	-	321
Transferências	-	-	(1.367)	-	-	1.367	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	(72.801)	(115.352)	(625)	(825)	585	-	(189.018)
Valor contábil								
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.312	497.686	430.933	587	504	1.874	28.533	963.429
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.312	479.365	430.526	338	400	3.440	10.841	928.222

Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

								2016
Imobilizado	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Equipamento de informática	Veículos	Móveis e utensílios	Imobilizado em curso	Total
Taxa depreciação % a.a.		4	7	17	20	10		
Custo								
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.312	525.208	490.756	788	1.309	2.073	64.511	1.087.957
Adições	-	-	643	119	108	531	23.631	25.032
Baixas	-	-	-	-	(210)	(83)	(370)	(663)
Transferências	-	26.686	32.553	-	-	-	(59.239)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.312	551.894	523.952	907	1.207	2.521	28.533	1.112.326
Depreciação								
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	(44.851)	(61.653)	(168)	(632)	(443)	-	(107.747)
Adições	-	(11.934)	(28.789)	(152)	(242)	(220)	-	(41.337)
Baixas	-	-	-	-	171	16	-	187
Transferências	-	2.577	(2.577)	-	-	-	-	0
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	(54.208)	(93.019)	(320)	(703)	(647)	-	(148.897)
Valor contábil								
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.312	480.357	429.103	620	677	1.630	64.511	980.210
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.312	497.686	430.933	587	504	1.874	28.533	963.429

Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

Terrenos

Refere-se basicamente aos valores de aquisição das áreas onde está localizada a usina termelétrica Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Máquinas e equipamentos

Refere-se, basicamente, aos equipamentos da usina, linha de transmissão e subestação.

Imobilizado em curso

Refere-se basicamente aos gastos incorridos que ainda não foram concluídos ou utilizados, dos quais se pode destacar: (i) adiantamento a fornecedor; (ii) Obras em curso; (iii) Compras para imobilizado reserva, sendo este, componentes sobressalentes menores dos equipamentos instalados na usina. O saldo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 10.841 (R\$ 28.533 em 31 de dezembro de 2016).

Depreciação

A depreciação dos ativos será baseada na vida útil ou no prazo de concessão, dos dois o menor, e o cálculo será realizado pelo método linear utilizando as taxas da ANEEL determinadas pela Resolução Normativa nº 474 de 07 de fevereiro de 2012.

As principais taxas de depreciação anuais, são as seguintes:

<u>Geração</u>	<u>(%)</u>	<u>Administração</u>	<u>(%)</u>	<u>Transmissão</u>	<u>(%)</u>
Barramento	2,5	Edificações	3,3	Condutor do sistema	2,7
Disjuntor	3,0	Equipamento geral	6,3	Equipamento geral	6,3
Edificações	3,3	Veículos	14,3	Religadores	4,0
Equipamentos da tomada d'água	3,7				
Estrutura da tomada d'água	2,9				
Gerador	3,3				
Reserv., barragens e adutoras	2,0				
Sistema de comunicação local	6,7				
Turbina vapor	4,0				
Taxa média depreciação Geração	3,5	Taxa média depreciação Administração	7,9	Taxa média depreciação Transmissão	4,3

Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

Avaliação de Impairment

Segundo o pronunciamento técnico CPC-01, a entidade deve avaliar no mínimo anualmente, se existem indicações de uma possível desvalorização no valor do ativo (imobilizado e intangível), se houver alguma evidência, deve-se calcular o seu valor recuperável, este que é determinado pela maior importância monetária entre o valor líquido de venda e seu valor em uso. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, alinhados a prática da controladora Eneva S.A., não houve perda de recuperabilidade dos ativos da Companhia.

Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

13 Intangível

(a) Composição do saldo

	2017		
Intangível em serviço	Licenças e software de informática	Outorgas e CCEARs (a)	Total
Tx. amortização % a.a.	20	6,67	
Custo			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.785	183.448	184.458
Adições	95	-	95
Adições MTM	(104)	-	(104)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.776	183.448	185.224
Amortização			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(728)	(41.871)	(42.599)
Adições	(357)	(12.225)	(12.582)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(1.085)	(54.096)	(55.181)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.057	141.577	142.634
Saldo em 31 de dezembro de 2017	691	129.352	130.043

	2016		
Intangível em serviço	Licenças e software de informática	Outorgas e CCEARs (a)	Total
Tx. amortização % a.a.	20	6,67	
Custo			
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.010	183.448	184.458
Adições	775	-	775
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.785	183.448	185.233
Amortização			
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(454)	(29.601)	(30.055)
Adições	(274)	(12.270)	(12.544)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(728)	(41.871)	(42.599)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	556	153.847	154.403
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.057	141.577	142.634

Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

(a) Outorgas

A ENEVA S.A. firmou com a Parnaíba I Geração de Energia S.A. o Contrato de Cessão de Direitos e Obrigações sobre as outorgas compradas do Grupo Bertin Energia e Participações S.A. O referido contrato objetiva ceder de forma gratuita para Parnaíba I todos os direitos e obrigações decorrentes do Contrato de Compra de Outorgas.

A referida Cessão de Direitos e Obrigações, firmada entre a ENEVA S.A. e a Parnaíba I, também possui duas cláusulas condicionais, a saber: (i) Autorização da ANEEL para a implantação dos Empreendimentos (UTES MC2 João Neiva e MC2 Joinville) no complexo Termelétrico Parnaíba e (ii) alteração do fator "i" e dos " Demais Custos Variáveis" já citados acima.

A Companhia não tratou essa transação como uma combinação de negócios, mas sim como uma aquisição de ativos uma vez que está adquirindo ativos intangíveis que são as outorgas e os contratos de comercialização.

Esta aquisição consolida a implantação do "Complexo Termelétrico Parnaíba", com capacidade instalada de 1,4 GW, à base de gás natural.

Avaliação de Impairment

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não identificamos nenhum indicativo de perda de recuperabilidade dos ativos da Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº 12 – Imobilizado.

14 Fornecedores

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecedores (*)	<u>45.953</u>	<u>20.208</u>

(*) A variação refere-se a compra de energia no mercado de curto prazo, renovação dos seguros de risco operacionais e civis e compra de equipamentos, materiais e serviços.

Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

15 Partes relacionadas

Os principais saldos passivos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, relativos a operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são relativos a operações de transações da Companhia com empresas ligadas e profissionais-chaves da administração.

Acionistas

A Companhia possui como acionista controlador a ENEVA S.A. com 100% de participação acionária

Controladora

O controle da Companhia é exercido pela ENEVA S.A, que detém 100% das ações ordinárias.

Empresas ligadas

A Companhia possui como principais empresas ligadas: ENEVA S.A., Eneva Participações S.A., Itaquí Geração de Energia, Parnaíba II Geração de Energia S.A., Parnaíba III Geração de Energia S.A, Parnaíba IV Geração de Energia e PGN Gás Natural S.A.

Os saldos de ativos, passivos e resultado em 31 de dezembro de 2017 e 2016, relativas as operações com partes relacionadas, estão representados da seguinte forma:

	Ativo	
	2017	2016
Parnaíba II Geração de Energia S.A	1.215	1.198
Itaquí Geração de Energia S.A.	108	-
ENEVA S.A.	19	-
Parnaíba III Geração de Energia S.A.	17	-
Parnaíba IV Geração de Energia S.A.	7	-
	1.366	1.198
	Passivo	
	2017	2016
Eneva Comercializadora de Energia S.A (a)	8.364	-
ENEVA S.A. (b)	3.910	529
Eneva Participações	127	127
Parnaíba II Geração de Energia S.A	172	5.078
Parnaíba III Geração de Energia S.A	7	0
Parnaíba IV Geração de Energia	3	0
Itaquí Geração de Energia S.A	63	0
Parnaíba Gás Natural S.A (c)	94.057	123.479
	106.703	129.213
Circulante	106.703	128.517

Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

Não circulante - 696

	Receita	
	2017	2016
Eneva Comercializadora de Energia S.A	-	878
	-	878

	Custos e Despesas	
	2017	2016
ENEVA S.A (b)	6.935	7.620
Eneva Comercializadora de Energia S.A (a)	27.476	-
Parnaíba II Geração de Energia S.A	50	66.365
Parnaíba III Geração de Energia S.A	18	-
Parnaíba IV Geração de Energia	2	-
Consumo de Gás Natural (c)	261.070	324.096
Arrendamento de Estação de Tratamento de Gás Natural (c)	207.953	195.680
	503.504	593.761

- a) Refere-se a compra de lastro de energia para atendimento as demandas contratuais.
- b) Referem-se aos gastos relativos ao compartilhamento de recursos administrativos, que serão ressarcidos à Eneva S.A..
- c) Refere-se aos valores devidos à Parnaíba Gás Natural, pelo fornecimento de gás natural e o arrendamento de capacidade de unidade de tratamento de gás . O prazo para liquidação dessas obrigações incorrem em 35 dias médios. A redução refere-se ao menor nível de despacho no exercício, por ordem de méritos das usinas.

Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os mesmos.

Desta forma os montantes referentes à remuneração anual dos Diretores e do Conselho de Administração estão apresentados abaixo:

	2017	2016
Benefícios de curto prazo		
Salários	1.350	1.077
Outros Benefícios	33	23
Outros (INSS/FGTS)	148	350
	1.531	1.450

Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

Abaixo os montantes de remuneração anual individual mínima, média e máxima do Conselho de Administração e Diretores, em R\$ mil:

	2017			2016		
	Mínima	Média	Máxima	Mínima	Média	Máxima
Diretores	1.531	1.531	1.531	249	410	504

Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

16 Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a composição dos empréstimos está demonstrada a seguir:

Credor	Moeda	Taxas de juros	Vencimento	Custo de transação	2017				2016				
					Custo a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total	
BNDES	(a)	R\$	TJLP+3,77%	15/06/2027	(28.395)	(24.089)	357.314	1.483	334.708	(25.965)	390.709	1.622	366.366
BNDES	(b)	R\$	IPCA+6,67%	15/07/2026	(11.705)	(8.407)	193.340	5.731	190.664	(9.061)	208.874	6.301	206.114
					(40.100)	(32.496)	550.654	7.214	525.372	(35.026)	599.583	7.923	572.480
				Depósitos Vinculados		-	(35.436)	-	(35.436)	-	(36.996)	-	(36.996)
				Saldo Líquido		(32.496)	515.218	7.214	489.936	(35.026)	562.587	7.923	535.484
Circulante						(3.178)	59.094	7.214	63.130	(2.583)	58.097	7.923	63.438
Não circulante						(29.318)	456.124	-	426.806	(32.443)	504.490	-	472.046

- (a) Parnaíba I recebeu em dezembro de 2012 a liberação de R\$495,7 milhões, referentes aos subcréditos B e C do contrato de financiamento de longo prazo com o BNDES de um total previsto de R\$671 milhões. Estes subcréditos estão sendo amortizados em 168 parcelas mensais com início em 15 de julho de 2013, juntamente com os juros. O custo anual contratado é de TJLP + 3,77%.
- (b) Adicionalmente, Parnaíba I recebeu em dezembro de 2012 a liberação de R\$ 204,3 milhões, referentes à totalidade do subcrédito A do mesmo contrato de financiamento de longo prazo com o BNDES mencionado no item anterior. Este subcrédito está sendo amortizado em 13 parcelas anuais com início em 15 de julho de 2014, junto com os juros devidos. O custo anual contratado é de IPCA + 6,67%.

Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

Nos contratos de financiamento de longo prazo, celebrados entre a Companhia e BNDES, foram apresentadas as seguintes garantias:

- Fiança Bancária;
- Fiança corporativa.
- Garantia fiduciária das máquinas e equipamentos;
- Os Direitos emergentes das autorizações de que é titular conforme Resolução Aneel nº 3.174/11 e 3.175/11.

Covenants

• Covenants financeiros

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizados *covenants* financeiros em alguns dos contratos de dívida.

Os contratos de financiamentos relativos ao projeto Parnaíba possuem especificações de índices (índice de cobertura do serviço da dívida) mínimos que visam medir a capacidade de pagamento da despesa financeira em relação ao EBTIDA.

• Covenants não financeiros

Os contratos de financiamento de curto prazo possuem também cláusulas com *covenants* não financeiros, usuais no mercado e resumidos a seguir, as quais em 31 de dezembro de 2017, foram todas atendidas.

- Obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras periodicamente.
- Direito dos credores de proceder a inspeções e visitas das suas instalações.
- Obrigação de manter-se em dia em relação a obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas.
- Obrigação de manter em vigor contratos materialmente relevantes para as suas operações.
- Respeitar a legislação ambiental e manter em vigor as licenças necessárias para as suas operações.
- Restrições contratuais quanto a operações com partes relacionadas e alienações de ativos fora do curso normal de negócios.
- Restrições quanto à mudança de controle, reestruturações societárias e alteração material no objeto social e atos constitutivos dos devedores.
- Limites de endividamento e contratação de novas dívidas.

Conforme acima apresentado, não foram identificadas situações de descumprimento de cláusulas de *covenants* financeiros e não financeiros até 31 de dezembro de 2017.

Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

Abaixo a movimentação dos empréstimos:

Saldo em 2016	535.484
(+) Juros incorridos	58.698
(-) Pagamento de juros	(49.730)
(-) Pagamento de principal	(58.606)
(+) Amortização do custo de captação	2.530
(-) Depósitos vinculados	1.560
Saldo em 2017	489.936
Saldo em 2015	577.422
(+) Juros incorridos	66.651
(-) Pagamento de juros	(45.341)
(-) Pagamento de principal	(57.508)
(+) Amortização custo de captação	2.068
(-) Depósitos vinculados	(7.808)
Saldo em 2016	535.484

As parcelas dos empréstimos e financiamentos classificadas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2017 têm o seguinte cronograma de pagamento.

	Ano de vencimento	
	2019	59.094
	2020	59.094
	2021	59.094
	2022 até último vencimento	249.524
		426.806

Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

17 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia não possuía operações de derivativos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Instrumentos financeiros	2017	2016
Ativos		
Empréstimos e Recebíveis	195.951	126.981
Contas a receber	191.116	125.783
Partes relacionadas	1.366	1.198
Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado	96.404	89.409
Caixa e Equivalente de Caixa	63.252	63.794
Títulos e valores mobiliários	33.152	25.615
Investimentos mantidos até o vencimento	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-
Passivos		
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	637.757	683.707
Fornecedores	88.514	20.208
Empréstimos e financiamentos	489.936	535.484
Operações com partes relacionadas	59.307	128.015

Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros

O conceito do "valor justo" prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Uma parte das contas da Companhia tem seu valor justo igual ao valor contábil; são contas do tipo caixa e equivalentes de caixa, contas a pagar e a receber, dívidas bullet e de curto prazo.

Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros			
	<u>Preços observáveis em mercado ativo</u>	<u>Precificação com preços observáveis</u>	<u>Precificação sem preços observáveis</u>
Caixa e equivalente de caixa	63.252	-	-
Titulos e valores mobiliários		33.152	-
Empréstimos e financiamentos	-	489.936	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	63.252	523.088	-

Derivativos e gerenciamentos de risco

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

A contratação de instrumentos derivativos tem como objetivo a gestão dos riscos financeiros da Companhia, não sendo utilizados instrumentos derivativos com o propósito de especulação. São realizadas análises periódicas das exposições existentes para monitoramento e apreciação da Administração, que avaliará os fatores de risco a serem cobertos e cuja recomendação deve ser aprovada pelo Conselho de Administração.

As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. Os fatores de riscos relacionados a moedas estrangeiras, riscos das taxas de juros, inflação e variação no preço de commodities oriundos dos ativos e passivos adquiridos, poderão ser neutralizados, quando considerados relevantes, de acordo com a avaliação do contexto econômico e operacional realizado pela Administração.

Hedge de Valor Justo

Derivativos designados como hedge de valor justo fornece proteção contra a exposição às mudanças no valor justo de ativos ou passivos reconhecidos, compromisso firme não reconhecido ou a parcela identificada do ativo.

Em dezembro de 2017 a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos ("NDF's), com a finalidade de mitigar a exposição cambial decorrente das compras de equipamentos a serem utilizados no ciclo operacional de manutenção da usina. O valor contratual da operação é de USD 8,393. Este montante têm data prevista de liquidação em março de 2018.

Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

A taxa média dos contratos firmados foi de R\$/USD 3,36. A Companhia avaliou o objeto do hedge e classificou a operação como um derivativo de valor justo do ativo. Portanto, o montante líquido apurado de *Market to Market* (MtM) foi de R\$ 104, em ganhos.

Risco de mercado

Risco de variação nos preços de mercadorias (commodities), taxas de câmbio e de juros.

Risco de taxa de juros

Risco de deslocamento das estruturas de juros que podem estar associadas aos fluxos de pagamento de principal e juros de dívida.

(a) Risco de *cash flow* relacionado aos juros flutuantes

Existe um risco financeiro associado às taxas flutuantes que pode elevar as despesas financeiras da companhia. O risco comum é a incerteza sobre o mercado futuro de juros, que tira a previsibilidade dos fluxos de pagamento. Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores das dívidas aos quais a Companhia estava exposta, foram definidos 3 diferentes cenários. Como cenário provável a companhia utilizou projeções de mercado para estimar o que seriam as despesas financeiras brutas para os próximos 12 meses. Como cenários alternativos a Companhia calculou o que seria a perda financeira para os próximos 12 meses caso a curva de CDI fosse deslocada em 25% e 50%.

Risco	Cenário Provável	Cenário I (alta 25%)	Cenário II (alta 50%)
Risco de Cash Flow :	<i>Alta na Taxa de Juros</i>		
Passivo indexado a TJLP	19.418	24.273	29.127
Passivo indexado a IPCA	34.308	42.885	51.462
Despesa Financeira Esperada	53.726	67.158	80.589
Aumento da despesa financeira	-	13.432	26.863

Metodologia: deslocamento paralelo para cima das curvas de juros em 25% e 50%.

IPCA 2018: 3,93% (Fonte: Boletim Focus)

TJLP 2018: 6,75% (Fonte: Conselho Monetário Nacional)

CDI Médio 2018: 6,87% (Fonte: Projeção de Mercado)

As linhas com o BNDES corrigidas pelos indexadores IPCA e TJLP – que também contém um forte componente inflacionário - são parte de um segmento diferenciado de crédito com baixa volatilidade associada e, portanto, baixa probabilidade de deslocamentos abruptos nas taxas.

Por se tratar de um segmento específico, há que se ter cautela quanto à realização de inferências e hipóteses presentes em modelos estatísticos na tentativa de mapear

Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

a realizar previsões sobre esse mercado para a quantificação de perdas hipotéticas relacionadas. Além disso, o ativo das empresas representado por suas receitas também será corrigido pelas mesmas taxas, fato que reduz substancialmente o descasamento entre as as taxas de ativos e passivos.

Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

Para mitigar os riscos, a Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

A Companhia possui uma Política de Aplicações Financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de rating como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio. A exposição máxima ao risco de crédito pode ser representada pelo saldo das aplicações financeiras.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Posições do risco de crédito		(Reclassificado - nota 3(a))
Caixa e equivalente de caixa	63.252	63.794
Título de Valores mobiliários	33.152	25.615
Contas a receber	191.116	125.783
Consolidado das contas credoras	<u>287.520</u>	<u>215.192</u>

O montante de caixa e equivalente está representado, substancialmente, por conta corrente mantido no Itaú e fundo de investimento ENEVA e com relação ao contas a receber, sua principal exposição é oriunda da possibilidade da empresa vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber realizando diversas ações de cobrança. Além disso, os clientes da Companhia têm firmado um Contrato de Constituição de Garantia de Pagamento e Fiel Cumprimento das Obrigações.

Risco de liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. As disponibilidades devem ser suficientes para honrar as despesas ao longo dos próximos 90 dias. A seguir são apresentados os fluxos futuros projetados que incluem a estimativa de pagamento de

Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

juros e amortizações previstas para as faixas de prazo.

						2017
Passivos financeiros	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total por conta
Fornecedores	-	88.514	-	-	-	88.514
Partes relacionadas	-	64.142	-	-	-	64.142
Empréstimos e financiamentos	35.404	69.580	101.257	284.054	351.112	841.407
Total por faixa de prazo	35.404	222.236	101.257	284.054	351.112	994.063

						2016
Passivos financeiros	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total por conta
Fornecedores	20.208	-	-	-	-	20.208
Partes relacionadas	-	127.319	696	-	-	128.015
Empréstimos e financiamentos	36.945	71.939	106.493	300.726	445.660	961.763
Total por faixa de prazo	57.153	199.258	107.189	300.726	445.660	1.109.986

Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

18 Custo por indisponibilidade

A Companhia avalia eventuais perdas por indisponibilidade de sua unidade termoeletrica que podem afetar os resultados, considerando com base os contratos de CCEAR's que preveem a utilização de média móvel de 60 meses de geração efetiva.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia apresentou o reflexo do reconhecimento dos custos por indisponibilidade, como segue:

Custos por indisponibilidade	2017	2016
Provisões contábeis referente aos custos por indisponibilidade	11.887	900
Efeito no resultado (*)	11.887	900

(*) Efeito de indisponibilidade devido a expressiva variação no PLD.

Os saldos das obrigações dos custos por indisponibilidade em 31 de dezembro de 2017 e 2016 registrados na rubrica energia elétrica ressarcimento correspondem:

	2017	2016
Ressarcimento de Energia Eletrica	7.646	7.269
Circulante	7.543	6.966
Não circulante	103	303

19 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social da Parnaíba I Geração de Energia S.A., em 31 de dezembro de 2017 e 2016, corresponde a R\$ 456.690, sendo composto por 595.536.428 ações, assim distribuídas:

	2017	%	2016	%
Acionista				
Eneva S.A.	595.536.428	100	595.536.428	100
	595.536.428	100	595.536.428	100

(b) Juros sobre Capital Próprio

A política de remuneração do capital aplicada pela Companhia visa distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado em conformidade com a legislação

Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

vigente, os quais são computados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte (IRRF), no cálculo ou em forma dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, está demonstrado a seguir:

Limites dos juros remuneratórios do capital			
Reserva de lucros	<u>48.821</u>	Lucro antes dos impostos e juros	142.462
50% Lucros Acumulados + Reserva Lucros	<u>50%</u>	(-) CSLL	<u>(11.386)</u>
	24.411	Base de cálculo ajustada	<u>131.076</u>
		50% Lucros exercícios	50%
		Limite Calculado	65.538
Limite de JSCP			65.538
JSCP calculado (TJLP pro rata die)			36.602
IRRF sobre JSCP (15%)			<u>(5.490)</u>
JSCP Líquido			<u>31.112</u>

(c) Reserva legal

De acordo com a Lei 6.404/76 art. 193, 5% do lucro líquido do exercício deve ser destinado para constituição da reserva legal, que não poderá exceder 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2017 foi constituído reserva no montante de R\$ 6.569 (R\$ 2.897 em 31 de dezembro de 2016).

(D) Reserva de lucro

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo conselho de administração e submetido à Assembleia Geral.

Caberá a próxima Assembleia Geral Ordinária a deliberar sobre o valor da retenção de lucros que exceder o capital social conforme estabelecido na Lei nº 6.404, artigo 199 assim como toda destinação do lucro líquido.

(E) Reserva de incentivos fiscais

A Companhia obteve junto a Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) o direito ao benefício fiscal referente a redução de 75% do imposto de renda até o ano calendário de 2023, calculado com base no lucro de exploração. Em 31 de dezembro de 2017 foi constituído reserva no montante de R\$ 21.774 (R\$ 10.451 em 31 de dezembro de 2016), totalizando R\$ 59.573 (R\$ 37.799 em 31 de dezembro de 2016).

Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

(F) Dividendos

Em 30 de junho de 2017 foi deliberado em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária a destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31.12.2015, no montante de R\$ 49.991. Naquela ocasião, o montante foi retido para reserva de retenção de lucros, nos termos do art. 196 da lei 6.404/76, para atendimento o orçamento de capital elaborado pela Companhia.

Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

20 Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável de perda. O saldo da provisão para contingências no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 1.358 (R\$ 1.196 em 31 de dezembro de 2016).

A Companhia possui ações de natureza ambientais, cíveis e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível, as quais totalizam aproximadamente R\$ 16.423 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 10.527 em 2016). As contingências passivas estão assim representadas:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ambientais (a)	15.975	10.000
Trabalhistas	448	527
	<u>16.423</u>	<u>10.527</u>

a) Ambientais

Processo administrativo instaurado em 2015 em face da controlada por supostamente não atender a condicionantes estabelecidas na licença ambiental e deixar de apresentar mensalmente os dados do monitoramento de qualidade do ar. O montante envolvido na causa é de R\$ 15.975 em dezembro de 2017 (R\$10.000 em dezembro de 2016).

21 Receita líquida

A conciliação entre receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado apurada no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita bruta	978.705	1.031.263
Receita fixa	563.077	520.374
Receita variável (a)	321.937	457.706
Receita com liquidações de curto prazo CCEE (b)	93.691	53.183
Impostos sobre vendas	(99.323)	(104.176)
Total da receita líquida	<u>879.382</u>	<u>927.087</u>

- (a) Redução devido ao menor nível de despachos por ordem de mérito da usina (2017 – 56% e 2016 – 88%) e redução no nível de disponibilidade à ONS em 5% (2017 – 85% - 2016 – 90%).
- (b) Devido a redução nos despachos por ordem de mérito da usina, explicado no item “a” dessa nota, a Companhia teve aumento de 88% da energia liquidada no mercado de curto prazo.

Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

22 Custo e Despesas por natureza

A composição de outras despesas da Companhia é demonstrada como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Pessoal e administradores	(43.925)	(30.644)
Consumo de Gás Natural (a)	(242.644)	(324.096)
Compra de Energia (b)	(51.969)	-
Encargos por indisponibilidade (c)	(11.887)	900
Encargos de uso sistema de transmissão (d)	(16.933)	(25.783)
Serviços de terceiros (e)	(17.064)	(56.240)
Seguros	(3.288)	(8.654)
Depreciação e amortização	(53.024)	(53.890)
Material	(3.171)	(3.256)
Arrendamentos e aluguéis (f)	(227.139)	(262.566)
Outros	(5.178)	(1.116)
	<u>(676.221)</u>	<u>(765.345)</u>

Classificados como:

Custo	(661.225)	(759.647)
Despesas administrativas e gerais, outras receitas/despesas	(14.996)	(5.698)

- (a) A variação refere-se ao menor saldo de compra de energia tendo em vista a redução no nível dos despachos com a PGN.
- (b) Refere-se ao maior volume de compras no exercício no mercado de curto prazo.
- (c) Refere-se das provisões e ressarcimentos de penalidades por geração de energia abaixo do contratado nos CCEAR's por disponibilidade.
- (d) Refere-se aos valores dos encargos pagos as Transmissoras de Energia pelo o Uso do sistema de Transmissão denominado de EUST.
- (e) A variação refere-se à redução na contratação e suporte de serviços para manutenção de máquinas e equipamentos.
- (f) Refere-se aos valores dos gastos com arrendamento de capacidade de unidade de tratamento de Gás Natural através dos contratos firmados com a empresa Parnaíba Gás Natural S.A.. A redução ocorreu devido ao menor nível de despacho no exercício, conforme descrito na nota explicativa nº21 (a) e (b).

Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

23 Resultado financeiro

A composição do resultado financeiro da Companhia é demonstrada como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	10.075	9.688
Multa e Juros recebidos ou auferidos	1.009	5.488
Outras Receitas financeiras	219	22
	<u>11.303</u>	<u>15.198</u>
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(34)	(61)
IOF	(382)	(329)
Encargos da dívida (a)	(48.873)	(68.719)
Comissão de fiança (b)	(7.550)	(28.911)
Amortização do custo de transação	(2.530)	(2.746)
Variação cambial e monetárias (a)	(9.834)	(166)
Outros	(2.799)	(1.918)
	<u>(72.002)</u>	<u>(102.850)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(60.699)</u>	<u>(87.652)</u>

(a) Redução das atualizações de IPCA E TJLP sobre a dívida com o BNDES.

(b) Em 2016 as fianças garantiam 100% do valor da dívida. Para 2017, houve uma negociação e redução da fiança para cobertura de 30% da dívida.

24 Cobertura de seguros (Não Auditado)

A Companhia em conjunto com as empresas do Grupo ENEVA, do qual faz parte, adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

O Grupo Eneva S.A. realiza as contratações de seguros para todas as empresas do Grupo, considerando as exposições e riscos de cada empresa. As apólices de Parnaíba I Geração de Energia estão no contexto de segurado do Grupo Eneva S.A (Riscos Operacionais e Responsabilidade Civil Geral).

As apólices estão em vigência e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que a cobertura de seguros é consistente com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

Parnaíba I Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as coberturas de seguros eram:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Danos materiais	1.753.210	2.719.175
Responsabilidade civil	435.000	435.000
	<u>2.188.210</u>	<u>3.154.175</u>

* * *

Diretor Presidente

Lino Lopes Cançado

Controller

Ana Paula Alves do Nascimento
CRC-RJ 086983/O-0

Gerente de Contabilidade

Bruno Campelo de Azevedo
CRC-RS – 071175/O-6